TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

ATA DE REUNIÃO

5ª Reunião Ordinária do ano de 2022

Reunião de Análise da Estratégia – RAE

Comitê de Gestão Estratégica

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO		
07/11/2022	15h30	Videoconferência

MEMBROS	
Des. João Benedito da Silva	Coordenador do Comitê Regional de Priorização do Tribunal de Justiça da Paraíba -TJPB
Euler Paulo de Moura Jansen	Juiz Auxiliar da Presidência indicado pelo Presidente do TJPB
Fábio José de Oliveira Araújo (ausente)	Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça indicado pelo Corregedor-Geral do TJPB
Antônio Silveira Neto (ausente)	Juiz indicado pelo Diretor da Escola Superior da Magistratura do TJPB
José Falbo Abrantes Vieira	Diretor Administrativo do TJPB
Izabel Vicente Izidro da Nóbrega	Diretora de Economia e Finanças do TJPB
Einstein Roosevelt Leite	Diretor de Gestão de Pessoas do TJPB
Ney Robson Pereira de Medeiros	Diretor de Tecnologia da Informação do TJPB
Robson de Lima Cananéa	Diretor Especial do TJPB
Ana Caroline Leal Vasconcelos	Gerente de Projetos e Gestão Estratégica do TJPB

PAUTA
1) Apresentação dos Projetos dos Macrodesafios por cada magistrado(a) responsável; 2) Apresentação dos Indicadores do Planejamento Estratégico pela Gerente de Pesquisas Estatísticas.

DEBATES
Aos sete dias do mês de novembro do ano de 2022, por volta das 15h30, reuniram-se, por videoconferência, os membros do Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJPB, conforme fls. 01, justificando-se as ausências do juiz Antônio Silveira Neto e do juiz Fábio José de Oliveira Araújo, este último nos preparativos para a Correição na Capital. Também esteve presente o Des. Frederico Coutinho. O Presidente do TJPB, Des. Saulo Benevides, abriu a reunião cumprimentando a todos(as) e passou a palavra para Ana Caroline, Gerente de Projetos e Gestão Estratégica – GEPRO. Ela, após apresentação da pauta ordinária, informou que teria uma pauta extraordinária, com a apresentação de uma estimativa que a GEEST e a GEPRO fizeram do Prêmio CNJ de Qualidade, que ocorrerá nos próximos dias 21 e 22 de novembro, em Brasília. Disse que foi feito um levantamento daquilo que possivelmente o TJPB poderá alcançar como pontos, mediante os dados que outros Tribunais compartilharam. Em seguida, direcionou a apresentação para o Painel de Projetos, a fim de que o Presidente do TJPB, Des. Saulo Benevides, bem como o Des. João Benedito, Presidente da Comissão de Priorização de 1º Grau, ficassem cientes do que foi desenvolvido durante a atual gestão, já que essa seria a última reunião do ano. Informou que foram concluídos 12 (doze) Projetos Estratégicos, e que 6 (seis) projetos continuam em andamento, com possibilidade de adentrarem o ano de 2023, especialmente porque tem havido uma continuidade administrativa. A execução deles, até seu fim, será continuada, e mais 12 (doze) Projetos que foram catalogados quando o Des. Frederico Coutinho ainda era Presidente do Comitê de Priorização e da Comissão de Gestão Estratégica, e que poderão ser planejados e executados na próxima gestão. Ao finalizar, deu-se início ao primeiro ponto da pauta, iniciando a apresentação dos Projetos que estão em andamento: **1) Apresentação dos Projetos dos Macrodesafios por cada magistrado(a) responsável:** 1. Dr. Alexandre Targino – Macrodesafio: Sociedade - Garantias e Direitos Fundamentais - Projeto Atermação Eletrônica. Iniciou falando sobre o Projeto de Atermação Eletrônica - criação de um sistema em que as partes podem vincular demandas aos Juizados Especiais. Naquelas demandas, que independem de advogado constituído, as partes não precisam sair de casa, já que através da plataforma são encaminhadas as demandas para os juizados. Relatou que o sistema foi desenvolvido e posto em prática no CEJUSC Saúde, mas percebeu-se que havia outras demandas que não eram da área de saúde, momento em que se resolveu estender para competência cível. Informou que o próximo passo será a regulamentação da Resolução, mas que já existe um esboço dela. Ana Caroline concluiu dizendo que conversou com Júlio, Gerente de Sistemas da DITEC, e que a sistemática foi aperfeiçoada para ampliar essa competência. Quando à divulgação, só pode fazer depois que estiver pronto e disponível no portal. Lembrou que desde a disponibilização no portal, só recebeu uma demanda de saúde, e todas as outras foram da competência cível. Por isso houve a necessidade de ampliar para que se possa medir com mais eficácia o uso dessa

ferramenta. Com a palavra, Ney, Diretor da DITEC, explicou que a nova versão veio com problema, mas que será feita a devolução à fábrica para efetivar a correção.
2. Dr. Euler Jansen – Macrodesafio: Processos Internos – Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária. Apresentou o Projeto "Instituir o Modelo de Governança do TJPB", e disse que já sabia que não conseguiria abarcar todo o TJPB, mas que da parte de governança, atualmente está com vários elementos feitos, como a capacitação de governança e mapeamento de processos, escolhidos tanto a ESMA como a Gerência de Contratação, bem como já terminada a parte de instituir a cadeia de valor do TJPB. Salienta a importância da participação de Sidney – GEAUD e Ana Caroline - GEPRO para o bom desenvolvimento desse Projeto e diz que prevê a conclusão até o final da atual gestão, a fim de ser expandido pelos setores. Ana Caroline complementou que também faz parte desse Projeto e que, após instituída a cadeia de valor por Ato da Presidência, já se reuniu com a equipe da Diretoria Administrativa, da Diretoria Jurídica, da Diretoria de Gestão de Pessoas e já foi feito contato com Ney – DITEC e Izabel - DIFIN para agendar reunião e poder definir os processos de trabalho dos macroprocessos que são envolvidos pelas diretorias de ambos.
3. Dr. Jailson Suassuna – Macrodesafio: Processos Internos – Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa. O Projeto "Redução do Tempo Médio de Tramitação dos Processos de Corrupção (Criminal)", apresentado pelo magistrado Jailson Suassuna, foi montado há dois anos, em conjunto com os magistrados Rúsio e Rodrigo, onde em 2021 foi trabalhada a vertente dos processos de improbidade administrativa, e em 2022 foi trabalhada a vertente dos processos criminais de corrupção ativa e passiva. Falou que o processo está finalizado, conforme informação do Diretor da DITEC, Ney, dizendo que totalizou o equivalente a 11(onze) processos. Disse que o projeto, que tem algumas fases e tem uma pequena quantidade, ficou um pouco prejudicado, haja a proposta de atuação do gabinete virtual no julgamento destes. Com relação ao julgamento de 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2018, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e corrupção, esta meta coincide com a Meta 4 do CNJ, e já está cumprida.Portanto essa parte do projeto foi concluída com êxito. Com relação à tarefa "estudar e propor a possibilidade de atribuir prioridade dos processos de crimes contra a administração no PJE em todo o estado" seria uma etiquetagem no PJe, porém também está prejudicada, pois coincidem com os projetos da Meta 4, bem como a Corregedoria colocou outra etiqueta, que é impulsionar os processos das Metas 2, 4 e 6, não sendo necessário colocar mais uma etiqueta. Com relação à tarefa "realizar estudo acerca da possibilidade de se criar um perfil independente dentro de cada vara no PJe para os processos de crimes de corrupção", ao longo do ano verificou-se a inviabilidade desta tarefa, bem como "a criação das varas regionalizadas para atuar nos processos de crimes contra a administração", haja vista a própria gestão do TJPB ter criado a Vara de Combate às Organizações Criminosas, que abarca os processos de corrupção. E, portanto, o projeto encontra-se terminado, restando apenas a atualização dos percentuais no Portal de Projetos, que é feita pela GEPRO. Com a palavra, Ana Caroline complementou que já conversou com o Des. João Benedito, sobre a existência de muitos Macrodesafios que se casam com metas do CNJ, e que uma possível mudança para a próxima gestão é tentar que o Coordenador da Meta seja também o do Macrodesafio vinculado, uma vez que as ações que ele faz para a Meta já alcança a do Macrodesafio.
4. Dr. Gilberto Rodrigues - Apresenta o Projeto Aperfeiçoamento da Atividade Pericial,

que faz parte do Macrodesafio do Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira. Foram dois projetos atuais, o primeiro que já foi entregue, que trata de priorizar a questão de custos pelo setor específico, arrecadações, como toda atividade orçamentária e financeira, e que teve como gerente Dra. Andréa, juíza de Campina Grande. E o segundo projeto, que é o Aperfeiçoamento da Atividade Pericial, que trata exatamente do gasto público com eficiência. Esse projeto visa enfrentar este problema da jurisdição, do valor da perícia e os convênios com as instituições de ensino superior para a colaboração com o judiciário. Em relação às atividades, a primeira é a questão de reformular a atividade de atualização e reformar a Resolução que define regras para peritos, que já teve andamento com a Dra. Izabel - DIFIN, publicado em Ato da Presidência, e já há relatos que melhorou muito, só pelo valor atualizado pelo IPCA. E a atualização da Resolução vai ser justamente a parceria com as academias, que já está em andamento em Campina Grande, com a UEPB, a UNINASSAU. Quando houver convênios, as unidades judiciárias irão buscar os peritos dentro das universidades. Existe o Projeto-Piloto na 1ª Vara da Fazenda de Campina Grande (Acervo A), com a UEPB, UNINASSAU e também UNIFACISA, principalmente nas perícias médicas. Os projetos já estão com data para encerramento para o primeiro semestre do próximo ano, e ressalta a importância para o Tribunal, devido à eficácia na aplicação de recursos públicos, havendo também um custo-benefício muito grande na resolução de muitos processos. O objetivo é que com a implementação do Projeto-Piloto em Campina Grande, possa ser expandido para todo o estado.

5. Dr. Rodrigo Marques – Macrodesafio: Processos Internos – Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal. O Coordenador, Dr. Rodrigo Marques, iniciou sua fala dizendo que o Projeto "Criação dos Centros Especializados de Proteção às Vítimas" é de suma importância, pois quebra paradigmas históricos, enfatizando o caráter precursor no direito penal/criminal de conceder maior importância à vítima como sujeito de direito, desse modo, o Poder Judiciário, pela primeira vez, passa a preocupar-se com a situação da vítima e seus familiares, em conformidade com a política do Conselho Nacional de Justiça ─ CNJ, Resolução n° 253, de 4 de setembro de 2018, bem como informou que foi regulamentada a nível estadual, a Resolução TJPB nº 44/21. Não obstante, disse ainda que essa preocupação por parte do Judiciário passa por vários aspectos como equidade, dignidade e respeito, assim, prevenindo danos físicos, morais, patrimoniais e psicológicos, tornando-se uma ação inovadora. Destacou, ainda, que o Tribunal de Justiça da Paraíba tem avançado bastante nos esforços nesse tema, desde a publicação da Resolução de 2021, com o envolvimento das equipes multidisciplinares e apoio dos Diretores de Fóruns, Gerentes etc, subsidiando inúmeras informações e assistências às vítimas de crimes e atos infracionais. Exemplificou algumas das assistências prestadas a essas vítimas como: assistência jurídica, médica, psicológica, social e previdenciária, fornecimento de informações sobre os programas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas e promoção do respectivo encaminhamento formal, se for o caso, para a rede de serviços públicos disponíveis na localidade, à Programa de Justiça Restaurativa ─ eventualmente instituídos e importante para pacificação social, ainda, as providências possíveis para destinar ambientes de espera separados para a vítima e seus familiares nos locais de realização de diligências processuais e audiências, e oferecimento deslocamento das vítimas ao Fórum para a participação em audiências ou a qualquer outra atribuição inerente a esta política. Destacou, também, que essas informações são referentes à tramitação de inquéritos e processos judiciais, os direitos das vítimas, ou seja, dá-se uma assistência geral à vítima, antes não olhada com muita atenção pelo Estado e Poder

Judiciário. Enfatizou a necessidade de preparação do espaço físico forenses destinados a ambientes de espera separados para a vítima e seus familiares nos locais de realização de diligências processuais e audiências, para que as vítimas não se deparem com seus agressores (réus), humanizando assim o atendimento no campo criminal e trazendo dignidade aos envolvidos no processo, tudo isso com respaldo da Assembleia das Nações Unidas por meio da Carta dos Direitos Humanos de 1985, dentre outros documentos internacionais voltados à proteção da vítima. Em seguida, destacou mais detalhes do projeto de Criação dos Centros Especializados de Proteção às Vítimas, em situações já resolvidas, como a tarefa de 21 de maio a 31 de Maio de 2021, de "*editar ato normativos que institui os Centros Regionais*" publicada no Diário Oficial da Justiça como Resolução nº 44/2021 (trazendo construção legislativa necessária para início das atividades); realizada a tarefa de "*levantar custos associados às tarefas*" solucionada em 21 de maio de 2021; em seguida a tarefa de "*expedir comunicado aos Diretores de Fóruns*" e "*expedir comunicado à Corregedoria Geral de Justiça*" solucionados dias 11 e 30 de junho de 2021, respectivamente; foi também realizada "*estabelecer fluxo de atendimento provisório*" solucionada dia 30 de Junho de 2021; solucionada dia 30 de setembro de 2021 a tarefa de "*Definir equipe de trabalho*"; a preparação do espaço físico para acolhimento nos Fóruns de Campina Grande e João Pessoa e a criação de um '*hotsite*' foram concluídas dia 30 de Abril de 2022; a "*Avaliação dos resultados alcançados*", verificada pela Gerência de Projetos e Gestão Estratégica, finalizada dia 15 de agosto de 2022; por fim a capacitação dos magistrados, servidores e colaboradores, enaltecida a atividade da Escola Superior da Magistratura da Paraíba ─ ESMA-PB e agradecimentos ao Desembargador Ricardo Vital, juntamente ao Juiz Antônio Silveira, pela parceria nessa tarefa, previsão para ser solucionada dia 31 de dezembro de 2022 e ainda a realização da reunião para elaboração de estratégias de divulgação, realizada dia 16 de setembro de 2022. As demais etapas pendentes e, portanto, em fase de execução são: o início de expansão no Estado (priorizando as regiões com maior percentual de ocorrência de procura da vítima) ─ tarefa prevista para ser solucionada até 19 de dezembro de 2022 e a edição de ato normativo instalando, formalmente, os Centros de João Pessoa e Campina Grande ─ comarcas piloto para uma expansão Estadual ─ com previsão de conclusão para também dia 19 de dezembro de 2022. Finalizou destacando que concluídos essas duas etapas ainda em andamento, estará concluído esse objetivo engajado com o pensamento e princípios do CNJ, que traz para a justiça criminal, como já dito, um olhar inovador ─ trazendo segurança, dignidade, garantia e da preservação da pessoa da vítima e seus familiares. Ana Caroline acrescentou que, recentemente, houve reunião entre GEPRO e GECOM, tendo Walquíria conseguido uma pauta com uma emissora de televisão, havendo veiculação dessa matéria na própria emissora sobre esse canal de acolhimento e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais. Também foi sugerido inserir um vídeo explicativo no portal do TJPB.

6. Dra. Ivna Mozart – Macrodesafio: Processos Internos – Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos**.** Destacou o Projeto "Start up na Conciliação" como estratégia para impulsionar os números da Meta 3, que é a meta que incentiva e estimula a conciliação, que irá criar uma unidade virtual com abrangência estadual onde serão cadastrados conciliadores treinados que farão a busca ativa e consequente proposta de acordo entre as partes. Falou sobre o primeiro desafio que foi a regulamentação legal, que a Resolução 41/2021 foi aprovada, que foi uma Resolução longa, haja vista várias implicações relativas à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, tendo que passar por várias comissões e

também relativo a possíveis implicações ao Tribunal no que diz respeito à remuneração dos conciliadores ativos. Explicou que, vencida a etapa legal, passou-se para a preparação do PJe, para a adaptação do perfil, que por conta das sucessivas atualizações, a força de trabalho da DITEC estava toda volta para elas e com isso foi necessário adiar o projeto, ficando combinado para ser entregue no dia 01/02/2023. Passada essa etapa, informou que a próxima será a campanha de divulgação e análise dos requerentes e treinamento inicial para iniciar com segurança a execução do projeto. Ney - DITEC confirmou que até o dia fevereiro de 2023 a DITEC fará a entrega da tarefa, conforme combinado.

Encerrada a primeira parte dos projetos. Ana Caroline passou a palavra para Renata Grigório – GEEST, a fim de apresentar a possível colocação do TJPB, numa estimativa para o ganho do Selo CNJ, passando-se ao segundo ponto da pauta **2) Apresentação dos Indicadores do Planejamento Estratégico pela Gerente de Pesquisas Estatísticas.** Renata iniciou sua apresentação fundamentada em projeção feita por outro Tribunal. Não obstante, declarou que os membros da Rede de Governança dos Tribunais da Região Norte, mantêm contato com os membros do Tribunal de Justiça da Paraíba — TJPB, pois esses últimos fazem parte do subcomitê, e que são realizadas reuniões entre os participantes. Outrossim, declarou que em iniciativa conjunta entre esses Tribunais, levantou-se a problemática de como seria o desempenho deles na premiação do Selo. Informou que desde o período de inscrição do Selo CNJ de Qualidade, existem alguns resultados preliminares para determinados eixos. Informou, também, que os Tribunais que enviaram os dados para o CNJ, são: TJRR, TJDFT, TJGO, TJRO, TJPR, TJMS, TJAM, TJSE, TJTO, TJSC, TJAC, TJPI, TJMT, TJRS, TJRJ, TJAP, TJPB e TJPE. Explicou, ainda, que baseada nos critérios do CNJ, foi feito rankeamento de pontuação de todos os itens da Resolução, para que se pudesse obter um provável resultado. Sobre essa projeção, disse que o Selo Diamante permanecerá para o TJDFT, com possibilidade da mesma premiação para o TJGO e o TJRR. Para o Selo Ouro, citou os tribunais TJRO, TJPR, TJMS, TJAM, TJSE, TJTO, TJSC. E, dentro das projeções, no Selo Prata, disse estarem incluídos tribunais TJAC, TJPI, TJMT, TJRS, TJRJ, TJAP, TJPB e TJPE. Dentro dessas simulações, declarou que houve cálculos, por parte da GEEST e GEPRO para entender qual selo provável o TJPB ganhará, baseado nas projeções de pontuação conhecidas e pontuações ainda suficientes de alcançar, identificando que o TJPB continuará com o Selo Prata de Qualidade CNJ. Também informou que houve uma avaliação mais detalhada em todos os itens, devido à existência de quatro eixos — Transparência, Governança, Produtividade e Tecnologia — havendo, em diversos itens, um melhoramento na pontuação, em relação ao ano anterior. Especificamente no eixo de Produtividade, o TJPB ainda se encontra mediano, e concluiu dizendo que os presentes itens estão relacionados à qualidade dos dados, visto que o cálculo do CNJ baseia-se nos dados do DATAJUD. Ressaltou que mesmo havendo um empenho por parte da DITEC, ainda há um percurso para melhoramento desses itens, consequentemente, das pontuações, para se lograr o Selo de Ouro. Por fim, finalizou sua fala esclarecendo que a referente projeção realizada é apenas um resultado preliminar, podendo haver, ainda, diversos acontecimentos inesperados no decorrer da premiação de Qualidade CNJ, sobretudo, no tocante à Ouvidoria Nacional. Na sequência, Ana Caroline apresentou uma planilha referente aos quatro eixos citados acima, detalhando item por item. Disse que essa pauta é abordada em diversas reuniões realizadas pelas gerências de Pesquisas Estatísticas e de Projetos e Gestão Estratégica, planilha essa denominada "*Planilha de Pontuação - Prêmio CNJ de Qualidade 2022 (Portaria 170/2022)*" com regras de pontuação, especificando por coluna "*Eixo da Governança*" — citando o artigo

de fundamentação legal, "*Requisito*" — citando exigência da norma, número da pontuação juntamente com a porcentagem, "*alíneas avaliativas*", "*Envio de Documento Comprobatório*", "*Tribunais de Justiça dos Estados*", "*Pontos TJPB*" e porcentagem, havendo itens nos quatro eixos, portanto, que não se pode aferir pontuação devido à necessidade de informações de outros órgãos, não disponíveis no momento da elaboração da planilha de pontuação. Renata destacou que o eixo de produtividade difere das demais avaliações do CNJ — Justiça em Números, 2022 por não se tratarem do ano anterior como um todo, e sim de recortes periódicos semestrais.

Completou dizendo que eles avaliam no Eixo Governança: se o TJPB tem realizado essas reuniões, qual está sendo realizada agora, que é esta da Reunião de Análise da Estratégia e se tem um setor de estatística no Tribunal com uma pessoa formada em Estatística; além de querer saber se tem os Comitês instalados de Priorização; se observa as diretrizes da Resolução 219, que trata da equalização da força de trabalho; se no ambiente das metas do CNJ de qualidade é feita uma gestão participativa, de consulta aos magistrados(as) e servidores(as), de participação deles na elaboração das metas; se são também acompanhados os indicadores socioambientais. No quesito judicialização da saúde, olha também se tem um ambiente destinado a isso no nosso portal, nesse item o comitê de saúde estadual. Também tem a parte da comissão de segurança, do centro de inteligência do poder judiciário, os comitês de assédio, a questão do comitê de gestão documental, da justiça restaurativa. Se realizamos capacitação em violência doméstica, se temos o GMF, se há inspeções nos estabelecimentos penais e de medidas socioeducativas. Aqui eles avaliam também se há uma participação institucional feminina e aferem isso pelo número de desembargadoras no total de desembargadores do Tribunal Pleno, mas que não colocou porque para ganhar esse ponto tem que estar acima da média de todos os Tribunais de Justiça Estaduais. Ana Caroline complementou que o CNJ analisa se o Tribunal tem a política institucionalizada de apoio às vítimas de crimes e atos infracionais, conforme trazido por Dr. Rodrigo, se tem também Comissão e Unidade permanente de acessibilidade e inclusão, se foram realizadas capacitação em infância e juventude, além da gestão da inovação e núcleo de cooperação judiciária, com perspectiva de ter alcançado cerca de 67% desse eixo de governança. No eixo de produtividade, o IPC-Jud, a taxa de congestionamento, o tempo médio de tramitação, os índices de conciliação, o cumprimento das metas nacionais, e analisando todos esses índices, o TJPB estaria com apenas 25% de atendimento desse eixo. Complementou dizendo que é importante destacar que o recorte que eles fazem é do 2º semestre do ano anterior e do 1º semestre do ano corrente. Enfatizou que há alguns anos, com a instituição do prêmio de produtividade das unidades judiciárias de 1º grau, percebeu-se que a Resolução que normatiza o prêmio, saindo somente no segundo semestre, muitas pessoas do 1º grau passam o primeiro semestre acomodadas para correr atrás do atraso no segundo semestre, o que desfavorece o índice dos Indicadores. Prosseguiu e disse que o quesito da "transparência', traz o avançou deste ano, tendo ficado com apenas 4 quesitos não pontuados e em 9º lugar entre os 26 Tribunais de Justiça Estaduais, e pela taxa percentual conseguimos 80% para o Prêmio CNJ de Qualidade. Também há o quesito da ouvidoria do CNJ, então é uma ouvidoria que eles têm lá no Conselho e que recebem reclamações, aferindo o tempo de resposta do Tribunal para essas reclamações, mas é algo que o TJPB não tem controle nessa medição. Ela apresentou o último ponto, que foi o eixo dos dados e tecnologia, que está com 68% de aferição. Tem o DataJud e é mais sobre a qualidade do dado e de outros programas, de outras políticas do CNJ, como balcão virtual, o

núcleo de justiça 4.0, o juízo 100% digital, o Codex, revisão do código-fonte. Nesses pontos que tratam sobre políticas, o TJPB está com 100%, segundo conformação de Ney e Samuel, mas nesses outros pontos que tratam da qualidade do dado, pelo DataJud, o TJPB está aqui com 59%, DataJud e Justiça em Números 25%, módulo de produtividade 100%. Por fim, disse que a portaria do CNJ que estabelece o prêmio destaca no inciso IV, do art 13, que para a justiça estadual será conferido o selo prata para aqueles que superarem 50%, ouro é para quem supera 60%, e possivelmente o TJPB ficará com 54%, entre 50% e 60%, podendo manter o Selo Prata, com base em todas essas estimativas aqui apresentadas. A palavra foi passada para o Presidente do TJPB, Des. Saulo Benevides, que iniciou sua fala parabenizando a excelente condução dos trabalhos e disse, também, que o Tribunal tem avançado no tocante ao Planejamento Estratégico, questão bastante importante ao Tribunal, e destacou a necessidade de se empenhar cada vez mais na tentativa de estar entre os Tribunais mais eficientes do Brasil. Declarou, ainda, o destaque do Tribunal de Justiça da Paraíba entre os Tribunais de pequeno e médio porte, mesmo diante de pontos delicados na tarefa de alcançar as metas, configurando uma boa posição. Ressaltou, sua percepção, diante de reuniões do Conselho dos Presidentes de Tribunais, que há uma preocupação no sentido de cumprimento de determinações do CNJ, sobretudo, na divulgação das informações e transparência, sendo, portanto, de sublime importância todos os itens citados nas falas anteriores para pontuação no Selo de Qualidade do CNJ. Destacou, também, parabenizando, a reconhecida importância nos encontros e reuniões estratégicas realizados, para acompanhamento e avaliação das produções e resolução de problemas enfrentados, ressaltando nesse momento final de Gestão, do Biênio 2020-2022, seu legado e o comprometimento do Desembargador que assumirá a próxima função de Presidente, a continuidade das ações, dizendo que será sucedido por uma Mesa Diretora que, com toda certeza, cuidará da do TJPB, fato de comum interesse, pois, afirma, Gestões encerram-se mas o Tribunal continua. Reafirmou seu compromisso de contribuir para a próxima Gestão, no sentido de resolução das demandas, em função da efemeridade de sua gestão no biênio 2020-2022. Disse, ainda, que fica como legado de sua Gestão o zelo e amor por essa instituição do Poder Judiciário do Estado da Paraíba. Portanto, destacou que continuará, como dantes, a efetividade e competência de todos os envolvidos na Gestão. Finalizou informando a elaboração de um relatório, sobre demandas detectadas e aprimoramentos, com a intenção de continuidade de forma eficiente, dada sua contribuição ao Poder Judiciário, destacando-se dentre elas: o aperfeiçoamento de sistemas; obras e reformas, citando o Sr. José Falbo de Abrantes Vieira — Diretor Administrativo; Corregedoria de Justiça, citando o Dr. Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, à frente de uma das maiores correições realizadas pelo Tribunal na cidade de Campina Grande, e a futura que será realizada na capital paraibana sendo a provável maior correição de todas, e, tudo isso, no sentido para que se cumpra a missão dada ao Tribunal, visando a valorização e o atendimento aos pleitos, dada pelos pares — Desembargadora Maria das Graças e o Desembargador Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho — portanto, na compreensão de correção e orientação, não somente fiscalizando e punindo. Na sua fala, o Presidente do TJPB destacou o envolvimento e empenho dos pares na tarefa de resolução das questões do Tribunal de Justiça da Paraíba, contribuindo para o avanço e aperfeiçoamento do mesmo. Parabenizou e agradeceu, por fim, às Gerentes envolvidas, Renata Grigorio dos Anjos — Gerente de Pesquisas Estatísticas e Ana Caroline Leal Vasconcelos — Gerente de Projetos e Gestão Estratégica, como os demais colegas Desembargadores, Juízes(as) Auxiliares e

Diretores, no processo de atingimento de metas do Conselho Nacional de Justiça. Na sequência, com a palavra, o Des. João Benedito da Silva, agradeceu a confiança citada na fala do Des. Saulo Benevides e parabenizou juízes e juízas responsáveis pelos projetos apresentados anteriormente, declarando sua satisfação com a produção e com os(as) mesmos(as). Firmou, ainda, reconhecimento da importância dos encontros e reuniões estratégicas realizados, para acompanhamento e avaliação da gestão dos projetos que estão em andamento, sobretudo, de forma agradecida, pelo presente e constante empenho no acompanhamento e estudos de projeção do TJPB, em relação ao Prêmio de Qualidade CNJ, ano a ano. Nesse sentido, destacou, ainda, a continuidade de compromisso da futura gestão da Mesa Diretora, fazendo um agradecimento especial e ressaltando o quanto merecem de atenção tanto a Gerência de Pesquisas Estatísticas como a Gerência de Projetos e Gestão Estratégica, em função da grande relevância e reflexo pelo trabalho feito para o Tribunal de Justiça da Paraíba. Por fim, não havendo mais nada a tratar, o Des. João Benedito encerrou a reunião, agradecendo a todos(as).

Ata validada por todos os membros, **datada e assinada** eletronicamente pelo Coordenador do Comitê Regional de Priorização do 1º Grau, que presidiu a reunião, com apoio da Gerência de Projetos e Gestão Estratégica.

JOAO BENEDITO DA SILVA:4682548

Assinado de forma digital por JOAO BENEDITO DA SILVA:4682548
Dados: 2022.12.01 07:33:23 -03'00'

Desembargador *João Benedito da Silva*
Coordenador do Comitê Regional de Priorização do 1º Grau

Desempenho TJPB
Indicadores do Planejamento Estratégico

Gerência de Pesquisas Estatísticas

MACRODESAFIOS

Garantia dos Direitos Fundamentais
Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
Agilidade na Prestação Jurisdicional
Enfrentamento à Corrupção, À Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais
Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos
Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios
Promoção da Sustentabilidade
Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

Garantia dos Direitos Fundamentais

		2021		2022	
META - Descrição	**Responsáve**	**Meta**	**Valor**	**Meta**	**Valor**
Ter, em produção, sistema de atermação eletrônica.	DITEC	**sim**	**não**	**sim**	**sim**

- *Ampliar o Acesso à justiça através da implantação do sistema de atermação eletrônica em todo o Estado.*

Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade

		2021		2022	
META - Descrição	**Responsáve**	**Meta**	**Valor**	**Meta**	**Valor**
Melhorar os 85,27% obtidos pelo TJPB no Ranking da Transparência de 2020 em 5%, no ano de 2021	GEPRO	**89,5335**	**75,85**	**89,5335**	**94,71**
Aumentar, em 2022, em 10%, o índice de satisfação do jurisdicionado com os serviços prestados pelo PJPB					

Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário >>> INDICADOR EM CONSTRUÇÃO PELO CNJ

Agilidade na Prestação Jurisdicional

		2021		2022	
META - Descrição	**Responsáve**	**Meta**	**Valor**	**Meta**	**Valor**
Treinamento de 5% dos magistrados, assessores e chefes de cartório no curso de gestão, em 2021; E, 10% em 2022.	ESMA	5,00%	**1,55%**	10,00%	**2,63%**
Redução da taxa de congestionamento líquida em 5% em 2021 e 8% em 2022.	GEEST	55,88%	**55,61%**	54,11%	**74,36%**
Redução da taxa de congestionamento de Execuções Fiscais em 5% em 2021 e 8% em 2022.	GEEST	53,74%	**53,13%**	52,04%	**75,12%**
Subida de uma posição no ranking de produtividade do Justiça em Números	GEEST	6	**5**	4	**4***

Enfrentamento à Corrupção, À Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais

		2021		2022	
META - Descrição	**Responsáve**	**Meta**	**Valor**	**Meta**	**Valor**
Diminuir acervo dos processos da meta 4 de improbidade administrativa em 20% a cada ano, até zerá-lo	GEEST	734	**764**	582	**230**
Julgar em até 2 anos as novas denúncias.	GEEST	2	**4,12**	2	**3,82**

Tempo Médio de Tramitação dos PADs >>> Índice de PADs Baixados

Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos

		2021		2022	
META - Descrição	**Responsáve**	**Meta**	**Valor**	**Meta**	**Valor**
Aumentar o índice de conciliação;	GEEST	7,28%	**7,29%**	7,29%	**7,15%**
Aumentar o índice de realização de audiências nos CEJUSC's;	GEEST	5,90%	**5,65%**	5,65%	*
Aumentar o índice de casos remetidos para a câmara de conciliação/mediação;	GEEST	41,70%	**0,00%**	0,00%	*

Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal

		2021		2022	
META - Descrição	**Responsáve**	**Meta**	**Valor**	**Meta**	**Valor**
Liquidar o acervo de processos conclusos com mais de 100 dias no sistema SEEU até o final de 2021.	GEEST	0	**311**	0	**413**
Esgotar o acervo de processos aguardando cumprimento de decisão judicial com mais de 100 dias no sistema SEEU até o final de 2021	GEEST	0	**3460**	0	**2519**
Minorar em 10% o tempo médio dos processos de conhecimento até dezembro de 2022, com a abreviação do período entre denúncia/queixa e sentença penal.	GEEST	3,36	**4,12**	3,708	**3,82**
Reduzir em 10% os benefícios individuais, vencidos e pendentes até dezembro de 2022.	GEEST	3773	**2928**	3396	**2809**

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

		2021		2022	
META - Descrição	**Responsável**	**Meta**	**Valor**	**Meta**	**Valor**
Alcançar 100% de pontos nos critérios avaliados nos eixos "Governança" e "Qualidade da Informação" do Prêmio CNJ de Qualidade, até 2022	GEPRO	NA	80,41%	100%	*

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

		2021		2022	
META - Descrição	**Responsáve**	**Meta**	**Valor**	**Meta**	**Valor**
Reduzir em 10% do índice do absenteísmo-doença em relação ao ano anterior	GEEST	1,11%	**1,75%**	1,58%	**1,54%**
Sensibilizar pelo menos 15%, em relação ao ano anterior, dos magistrados e servidores para realização dos exames periódicos	GEVID	0,30%	**0,00%**	0,35%	*
Ampliar em 20%, em relação ao ano de 2020, o índice de magistrados e servidores do Poder Judiciário Paraibano participantes da Ginástica Laboral e/ou que realizem alguma prática física regularmente	GEVID	0,57%	**6,10%**	7,32%	**4,76%**
Ampliar em pelo menos 10%, em relação ao ano anterior, o índice de capacitação de magistrados e servidores	ESMA	19,75%	**9,65%**	8,69%	**15,59%**

Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

		2021		2022	
META - Descrição	**Responsáve**	**Meta**	**Valor**	**Meta**	**Valor**
Diminuir o "Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias" (IDOB), no mínimo, em 1,15% ao ano, totalizando, em relação aos anos de 2021 e 2022, no percentual de 2,3%.	DIFIN	92,22%	**84,96%**	90,10%	**91,33%**
Em relação ao "Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias" (IEDD), deve-se se aguardar o final do atual exercício financeiro, a fim de se analisar e se fixar o seu percentual para os anos de 2021 e 2022.	DIFIN	51,21%	**79,40%**	51,21%	**31,88%**

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

		2021		2022	
META - Descrição	**Responsáve**	**Meta**	**Valor**	**Meta**	**Valor**
Por o Centro de Inteligências em plena atividade, com Business Intelligence, Big Data, Robotização e algumas iniciativas de Inteligência Artificial.	CElin	1	**0**	1	**2**

Muito Obrigada!